

Novos testes para a depressão (MÔNICA TARANTINO)

A doença que afeta 17 milhões de brasileiros poderá ser detectada por exames de sangue e de imagens cerebrais e não mais apenas por avaliação dos sintomas feita pelo psiquiatra. Esses recursos também permitirão um melhor tratamento

CERCA DE 17 milhões de brasileiros sofrem de depressão. Em face da gravidade do problema, a ciência procura formas de superar os obstáculos ao seu controle. Os dois principais são a dificuldade de obter um diagnóstico preciso – hoje, ele é realizado basicamente pela avaliação dos sintomas feita pelo psiquiatra – e as limitações para melhorar a resposta de cada paciente aos antidepressivos. A estimativa é de que apenas 30% dos indivíduos melhorem com a primeira opção indicada.



MARCADORES - Zanetti, da USP, estuda a aplicação de exames de imagem para rastrear alterações cerebrais associadas à doença

Em relação a soluções para este último problema, a novidade é a chegada de exames capazes de apontar de que maneira um paciente responderá ao remédio. Começou a ser usado no Brasil, por exemplo, o teste MD Metal. A partir de uma amostra de saliva, ele analisa o DNA para identificar variações em genes ligados ao metabolismo e a eficácia de medicamentos psiquiátricos. “Ajuda o médico a prever a resposta a mais de 40 antidepressivos, estabilizadores de humor e antipsicóticos”, diz o patologista Hélio Torres Filho, diretor do Laboratório Richet, no Rio de Janeiro, que oferece o teste há um mês.

No Instituto de Psiquiatria da Universidade de São Paulo, pacientes que apresentam dificuldade na adaptação ao tratamento podem ser submetidos a um teste que analisa alterações genéticas associadas ao ritmo de absorção dos

remédios. “Estudos mostram que 20% das pessoas os metabolizam mais rápido ou mais lentamente, o que interfere no sucesso do tratamento”, explica o psiquiatra Marcus Zanetti, do Laboratório de Neuroimagem da USP. Esse tipo de investigação poderá ser feito também por exames de imagem. Recentemente, a neurologista Helen Mayberg, da Universidade Emory (EUA), identificou padrões cerebrais diferentes que predizem melhor aceitação à terapia ou aos remédios: pessoas com atividade maior na região da ínsula direita do cérebro, área ligada às emoções, se dão melhor com antidepressivos do que com terapia. Menor atividade metabólica na região indica os que se saem melhor com terapia. “São pesquisas promissoras. Atualmente essa escolha é feita com base nos sintomas, mas é comum trocar o remédio porque não surtiu efeito”, diz o psiquiatra Eduardo Nogueira, da PUC/RS, onde estão em andamento experimentos para aprimorar o diagnóstico e o tratamento da doença.

No que diz respeito ao diagnóstico, os cientistas estão à procura de indicadores – substâncias no sangue ou alterações cerebrais associadas à doença. “Queremos definir marcadores equivalentes aos que os cardiologistas identificaram no sistema circulatório para o risco de doenças cardiovasculares”, disse à ISTOÉ o pesquisador Peter Williamson, da Universidade Western (Canadá).



PESQUISA - Nogueira, do Instituto do Cérebro da PUC/RS, avalia pacientes em busca de biomarcadores que ajudem a definir o melhor tratamento

Algumas informações já foram obtidas e originaram algumas possibilidades de testes. Já se sabe, por exemplo, que os pacientes costumam apresentar menor fluxo sanguíneo em determinados pontos do cérebro. Um teste de imagem cerebral que registra a ação e que pode ser adotado é o PET. Outro instrumento possível é medir as ondas cerebrais por meio de eletroencefalograma (80% dos pacientes tendem a ter padrões anormais durante o sono). Na área de compostos químicos identificados em exames de sangue, há, entre outros, a medição de uma substância (5-HIAA) associada à doença e o chamado teste de supressão de dexametasona. Este último ajuda a diferenciar o diagnóstico de depressão do de esquizofrenia.

Ajuda contra o transtorno de hiperatividade

A Food and Drug Administration – órgão do governo americano responsável pela liberação de equipamentos de saúde – aprovou na última semana o primeiro teste cerebral para ajudar no diagnóstico do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDHA). O exame é feito a partir de um eletroencefalograma e mede as ondas cerebrais. Durante o tempo em que a criança permanece com os eletrodos conectados ao cérebro – cerca de 20 minutos –, é possível identificar se há alterações nos impulsos cerebrais já associadas à enfermidade. Em estudo apresentado pelo fabricante do exame à agência americana e realizado com 275 crianças e adolescentes, o exame foi eficaz para auxiliar os médicos a confirmar o diagnóstico. Até hoje, ele se baseava na avaliação clínica e comportamental.



Na PUC/RS, o neurorradiologista Ricardo Soder irá explorar o potencial da ressonância magnética funcional aplicada a doentes com transtornos como a depressão. Ele procura alterações na forma como as áreas do cérebro se conectam para trabalhar em conjunto. “As imagens são comparadas às de pessoas sem as doenças. O objetivo é encontrar um teste para ajudar no diagnóstico”, diz.

Outro campo explorado é achar marcadores capazes de revelar a predisposição à enfermidade. Na Universidade Johns Hopkins (EUA), cientistas anunciaram um possível marcador para identificar gestantes com maior risco de depressão pós-parto. “São dois genes que se mostram alterados em mulheres que tiveram depressão pós-parto”, explicou à ISTOÉ Zachary Kaminsky, autor do estudo. O pesquisador acredita que a detecção das alterações químicas associadas à ação desses genes poderia antecipar com 85% de acerto o risco dessa modalidade da doença.

ALIMENTOS QUE COMBATEM A *DEPRESSÃO*

AMENDOAS



LEITE



MELANCIA



LARANJAS E MAÇAS



ABACATE E BANANA



MEL



OVO



PEIXE GRELHADO



CARBOIDRATOS



AVEIA



FOLHAS VERDES



SOJA



Com o recurso, cientistas da Universidade de Pittsburgh (EUA) descobriram que a baixa reatividade no córtex cingulado subgenua, área também envolvida com respostas emocionais, revela pacientes mais receptivos à terapia cognitivo-comportamental. Ela se concentra na mudança de pensamentos negativos, uma marca da doença



Em Porto Alegre, pesquisadores da PUC começaram, em junho, a usar o exame para identificar variações na forma como as regiões do cérebro se conectam. O objetivo é mapear padrões associados a alterações psiquiátricas e desenvolver um teste

As revelações da ressonância magnética funcional que podem ajudar no diagnóstico e no tratamento

A TERAPIA PARA CADA PACIENTE

Conheça os achados e os recursos mais recentes da medicina. São informações que, em conjunto com sintomas, poderão em breve ser usadas para prevenir e tratar a doença



Estudo com 23 crianças com idades entre 4 e 6 anos e diagnóstico de depressão mostrou que elas tinham uma atividade mais intensa na amígdala, área do cérebro associada a emoções. Padrão semelhante tem sido observado em adolescentes e adultos deprimidos

Alguns avanços

- Pesquisadores da Universidade Johns Hopkins (EUA) desenvolveram um exame de sangue capaz de indicar as gestantes propensas a ter crises de depressão pós-parto. O recurso, experimental, detecta dois genes alterados
- Com a finalidade de saber quais pacientes darão melhores respostas ao tratamento com o antidepressivo sertralina, um consórcio de universidades americanas rastreia substâncias no sangue e alterações cerebrais que possam funcionar como indicadores. A segunda etapa do estudo investigará as respostas ao antidepressivo bupropiona, que tem um mecanismo diferente de ação
- Na Universidade de São Paulo, pacientes já podem ser submetidos a exames de sangue para avaliar se têm metabolismo lento, normal ou rápido. Isso interfere na absorção dos remédios e na dose necessária para que a terapia produza efeito



Invasão de privacidade (LUIZ FELIPE PONDÉ)

QUANDO Obama disse que ninguém pode viver com segurança e privacidade com 0% de inconveniência, pensei: Obama virou gente grande. Mas não foi assim que o mundo reagiu. Quase todo mundo ficou horrorizado, e eu, fiquei horrorizado com mais um show de infantilidade do mundo em que vivemos. É um mundo "teenager" mesmo.

E por que o Brasil seria vigiado? Talvez porque suspeita-se que o Brasil esteja na rota entre o dinheiro do crime internacional e terroristas. E a América Latina está à beira de uma virada socialista, só não sabe quem não quer ver. Corrupção, autoritarismo, gestão inepta da economia e populismo sempre foram paixões secretas do socialismo. A CPI do "Obamagate" é um truque nacionalista (tipo Guerra das Malvinas) para desviar a atenção da nossa crise econômica, apesar de muitos brincarem de revolução enquanto a economia vai para o saco nas mãos de um governo que aumentou os gastos públicos com embaixadas em repúblicas das bananas, criação de ministérios inúteis e "investimento" na inadimplência como forma de ganhar votos.

A diferença entre um "teenager" (ainda que com PhD, PostDoc e livre-docência) e alguém que sofre para ser um pouco menos "teenager" é saber que o mundo não é preto e branco e que se você é responsável por muitas coisas, você nem sempre vive com luvas de pelica. O mundo é uma terra abandonada pelos deuses, e temos que nos virar com o pouco que temos, a começar por uma espécie confusa como a nossa e que ainda acredita em borboletas azuis como salvação da vida. Não é bonito o que o Obama fez. Mas todo mundo que tem as responsabilidades que o Obama tem faz coisas assim quando ocupa o lugar do Obama.

Por muito menos, vigiamos a geladeira para ver quantos iogurtes tem, os armários da cozinha para ver quantos sacos de açúcar tem, e as sacolas das empregadas para ver se elas não estão levando algum pacotinho de carne. O mundo é um grande Big Brother, George Orwell acertou em cheio. A diferença é que nosso mundo não é uma ditadura pré-histórica como a do livro "1984", mas uma sociedade democrática que preserva direitos gays ao mesmo tempo que quer saber se eu e você estamos envolvidos num ataque a alguma embaixada no Mali ou que tipo de tênis e comida étnica curtimos.

Nada disso é bonito, apenas é assim. Para manter as coisas funcionando, pessoas tem que fazer coisas que não são muito bonitinhas. Eu sei que os inteligentinhos facilmente entram em surto, mas que vão brincar no parque, com segurança, de preferência. As redes sociais, esse grande bacanal de narcisismo, são um prato cheio para sermos vigiados. Sites nos dão nosso perfil de consumo e nossa "linha da vida". Celulares nos avisam quando algo acontece em nossa conta e em nosso cartão de crédito, e isso tudo é muito "prático", não?

Este evento revela a óbvia violência à privacidade que as redes sociais significam. A ideia de que elas são uma ferramenta da democracia pode ser uma ideia também infantil. Além de elas serem um elemento de alto risco com relação a linchamentos e violência espontânea, elas nos tornam vulneráveis de modo direto na medida em que estar "na rede" significa estar dependente de uma "teia" (de aranha) tecnológica de controle bastante vulnerável a tutela das empresas que nos oferecem a própria ferramenta. Por isso o nome é TI, tecnologias da informação. Há muito se sabe que é mais fácil subornar um blogueiro do que um jornal gigantesco (o blogueiro é mais barato...). Agora fica mais claro ainda que a manipulação via redes sociais é muito maior do que via mídia "clássica".

Todo mundo sabe que não pode marcar encontros amorosos ilegítimos via e-mail ou mensagem de celular, como alguém fica escandalizado que a internet não seja segura? Parece papo de falsa virgem de 50 anos. Em breve esqueceremos isso e continuaremos a postar fotos, falar bobagens, marcar revoluções no final de tarde e propor utopias que requentam a falida autogestão. E viajar para fazer compras em Miami com segurança e usando Visa. Snowden, e seus 15 minutos, é mais um falso herói para falsos adultos.

LUIZ FELIPE PONDÉ é filósofo, escritor e ensaísta, doutor pela USP, pós-doutorado em epistemologia pela Universidade de Tel Aviv, professor da PUC-SP e da Faap, discute temas como comportamento contemporâneo, religião, niilismo, ciência. Autor de vários títulos, entre eles, "Contra um mundo melhor" (Ed. LeYa). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Julho de 2013.**

Novidades (ROSELY SAYÃO)

UM NÚMERO pequeno mas expressivo de famílias de classe média iniciou uma mudança importante em seu estilo de vida em função da formação dos filhos. O primeiro ponto que percebo nessa mudança diz respeito ao consumo como ponto de inserção dos filhos nos grupos de seus pares. Não sei se você percebeu, caro leitor, que as famílias, no geral, se comportam, no que se refere aos filhos, de uma maneira semelhante, o que torna a vida das crianças muito parecida.

Por exemplo: a comemoração dos aniversários sofreu um processo de pasteurização tal que as próprias crianças, apesar de demandarem a mesma festa que os colegas tiveram, já estão entediadas porque sabem antecipadamente e com exatidão o que vai acontecer. Bufês que oferecem os mesmos brinquedos e brincadeiras com monitores, convites distribuídos a todos os colegas de classe, sem distinção, doces, temas, enfeites e bolos sempre iguais. Que enfado! Hoje, os temas começam a mudar, principalmente com crianças abaixo dos seis anos que frequentam escolas que as introduzem no mundo preferencialmente pela arte e pela cultura.

Para ilustrar, dois casos: uma garota quis que sua festa fosse inspirada em um poema de Cecília Meireles que havia trabalhado na escola e um garoto escolheu o tema "Asa Branca", que também estava pesquisando em classe. Não é

encantador a criança conseguir escapar das armadilhas dos temas recorrentes dessas festas e, assim, afirmar sua identidade? O número de convidados das comemorações encolheu e nem sempre são festas que dão o tom do aniversário. Conheço pais que foram acampar com o filho e alguns de seus amigos e outros que fizeram um piquenique em praça pública. É preciso dizer que as crianças adoraram tais novidades!

Os passeios com os filhos também estão mudando. Encontrei nestas férias muitas famílias em Inhotim --espaço cultural e botânico com arte contemporânea localizado em Brumadinho, MG. Vindas de vários Estados diferentes, elas lá estavam para explorar o espaço com as crianças. E deu gosto observar como as todas elas acompanhavam com interesse e curiosidade as diversas exposições do museu. Ah! E não é que também as férias das crianças passaram a ser bem-vindas para muitos pais? Aprender a se relacionar com os filhos sem a rotina que a vida escolar impõe tem sido um desafio para os pais. Muitos não sabem o que fazer com as crianças em casa e com muito tempo livre. E não me refiro aqui aos pais que não podem tirar férias ao mesmo tempo que os filhos, que isso fique bem claro.

Pais que têm tempo para os filhos e, mesmo assim, os enviavam a programas de férias, descobriram que as crianças podem ficar em casa sem muita programação especial. O relacionamento entre eles e a descoberta da criança de que ela tem liberdade para escolher o que quer fazer estão marcando as férias de muitas famílias. Finalmente: essas famílias estão em busca de escolas diferentes para seus filhos. O que esses pais procuram? Escolas que tratem as crianças como crianças mesmo quando elas frequentam o ensino fundamental, que agucem a curiosidade de seus alunos pelo conhecimento, que saibam se comunicar com crianças e jovens e, principalmente, que os ensinem a viver em grupo e a administrar os conflitos com os pares.

O problema é que as famílias têm encontrado muita dificuldade para achar escolas assim. Isso significa que é hora de repensar a organização escolar!

ROSELY SAYÃO é psicóloga e consultora em educação, fala sobre as principais dificuldades vividas pela família e pela escola no ato de educar e dialoga sobre o dia-a-dia dessa relação. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Julho de 2013.**

O papa no Rio (CONTARDO CALLIGARIS)

AEROPORTO do Galeão, domingo de manhã. O pouso do avião que trazia meu enteado estava previsto para as 8h30, mas aconteceu com uma hora de atraso - e, sobretudo, ele só recuperou a mala e saiu da alfândega ao meio-dia. O aeroporto do Rio parecia uma praça de Roma num filme de Fellini: monges, freiras e padres por todos os lados, conversando numa Babel de línguas. Uma tropa de jovens argentinos, de camiseta azul e branco e com uma cruz no peito (ou nas costas?), cantava em coro alguma música, que eu não reconheci, mas de que Deus devia gostar à beça.

Outro grupo, na área de espera, misturava cantoria com batucada. Alguém rabugento poderia pensar: e se eu não estivesse a fim de ouvir? Um pensamento idêntico me ocorreu à tarde, enquanto caminhava pela praia de São Conrado. Um carro passou por mim. Na verdade, não um carro, mas um som poderoso, veiculado por uma sucata dos anos 1980 e tocando rap-funk. Os três jovens no veículo faziam um esforço considerável para parecer mal-encarados (seu jeito de "esquentar" as minas e intimidar os passeantes). Será que os jovens cantando no aeroporto, comparados com a gangue do carro, eram "angelicais"? Não, os dois grupos eram igualmente belicosos e desagradáveis; ambos queriam me obrigar a tocar a vida ao som da trilha deles.

Domingo, houve um arrastão por peregrinos na praia de Ipanema (foto na capa da **Folha** de segunda). Se eu estivesse na areia, tomando sol com caipirinha, teria detestado; talvez achasse melhor um arrastão tradicional, de celulares e carteiras. Com isso, fiquei feliz, na segunda, ao saber que, no largo do Machado, bem onde peregrinos da Jornada Mundial da Juventude católica esperavam seu transporte, um grupo de mulheres dançava exibindo os seios. Os jovens peregrinos viajam. Lembrei-me de que, nos meus anos de faculdade, em Genebra, um amigo, que morava perto de Plain palais, tinha adotado uma resposta sistemática aos missionários mórmons e testemunhas de Jeová que batiam à sua porta com frequência: ele sempre abria a porta completamente nu. E, se estivesse com a namorada, fazia questão que os dois abrissem a porta juntos. Provocação por provocação, acho a de meu amigo e das mulheres do largo do Machado mais engraçada.

Você acha essas atitudes infantis e um pouco primárias? Tudo bem, vamos falar de coisas primárias. O kit recebido pelos peregrinos inclui um "Manual de Bioética", de 75 páginas, produzido originalmente na França pela fundação Lejeune. Como mostrou a reportagem de Fabio Brisolla na **Folha** de segunda, esse livrinho de "ética" é imperdível (confunde aborto com contracepção, propõe juízos de valor como verdades "científicas" etc.). Para ter uma ideia da qualidade dos argumentos, na hora de atacar a reprodução assistida (pág. 35), o livrinho lembra que, em 2004, só na França, "havia cerca de 120 mil embriões congelados": essa frase é acompanhada pela imagem de um menino que treme de frio... Campanha do Agasalho para os embriões?

A edição brasileira contém um acréscimo sobre "A Teoria do Gênero", que eu mesmo não sei o que é. Também não sei decidir se o tal capítulo foi escrito mais com má-fé ou com ignorância - talvez com uma combinação das duas. Na pág. 73, por exemplo, lemos: "Os adeptos da teoria do gênero [?] pretendem que, por um simples ato de vontade, poderíamos alterar a realidade do que somos, escolhendo a nossa identidade sexual: 'Eu não sou o corpo que tenho'." Mamma mia! Só para começar: descobrir-se um dia em desacordo com seu próprio corpo (que não tem nada a ver com "escolher" a

identidade sexual) é uma experiência dramática e dolorosa, que merece, no mínimo, respeito. O autor do livrinho me fez pensar no professor de religião de meu último ano de colégio, que, para contestar a teoria darwinista, declarou que ele daria um soco em quem lhe sugerisse que a mãe ou a avó dele eram macacas. A classe riu, e ele deve ter pensado que sua grosseria nos conquistara. Erro: naquele dia, a classe inteira se tornou darwinista.

Bom, para celebrar a vinda de papa Francisco, também li algo melhor, "Sobre o Céu e a Terra" (Paralela), diálogo entre dois líderes religiosos de Buenos Aires, papa Francisco (à época do diálogo ainda cardeal Bergoglio) e o rabino Skorka. Ainda comentarei esse livro, mas, primeiro, preciso de um tempo para esquecer minha irritação com o paternalismo, que enfia um livrinho meio infame na goela dos peregrinos e reserva sua cara mais civilizada aos que sabem ler.

CONTARDO CALLIGARIS é psicanalista, doutor em psicologia clínica e escritor. Ensinou Estudos Culturais na New School de NY e foi professor de antropologia médica na Universidade da Califórnia em Berkeley. Reflete sobre cultura, modernidade e as aventuras do espírito contemporâneo (patológicas e ordinárias). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Julho de 2013.**

Cadeia para quê? (MALU FONTES)

OS ÍNDICES de violência no Brasil já são por si só assustadores para a população, seja ela de qualquer estado. Para os estrangeiros, são da ordem do inacreditável. O fenômeno ganha contornos ainda mais impossíveis de serem aceitos pelo povo quando se sabe que, em média, dos cerca de 50 mil homicídios praticados por ano no Brasil, somente 4 mil deles, uma média de 8% do total, segundo o Ministério da Justiça, são totalmente elucidados, sobrando algo da ordem de 100 mil assassinatos sem solução (e isso só até 2007). Como se o índice de resolução de crimes já não fosse escandalosamente pequeno, sobra ainda o assombro de ouvir diretamente da voz de autoridades da área de Segurança Pública declarações que parecem emitidas de terras sem lei e sem ordem.

Há poucos dias, após a polícia anunciar a prisão de pistoleiros que, ao meio-dia, com a Praça da Piedade lotada, uma das principais de Salvador, assassinaram dois homens em decorrência de uma suposta disputa por território para a venda de drogas, o secretário da Segurança Pública da Bahia, Maurício Barbosa, declarou em entrevista coletiva, todo garboso, que 80% dos crimes cometidos na Bahia têm origem em ordens partidas de dentro do sistema carcerário de Salvador. Foi além: disse ainda que, diante desse dado, a responsabilidade é dos deputados, a quem caberia elaborar leis para proibir que as operadoras de telefonia celular possam operar na cadeia.

Não se sabe se, ao dar tais declarações, o secretário aposta na ignorância, na burrice, na ingenuidade ou num pacto de cinismo com o cidadão que o escuta e lê e vive aterrorizado com todos esses crimes "ordenados" de dentro da cadeia. A quem sobrou sensatez, perguntar não ofende: para que, então, manter cadeias, gastar milhões com o sistema carcerário se são justamente os criminosos já presos e sob a custódia e responsabilidade do Estado que tocam o terror nas ruas? Se continuam a delinquir, matar, roubar, sequestrar e traficar, por que, então, segundo a lógica do secretário, mantê-los presos? Se da cadeia conseguem fazer tudo isso, livres pelo menos restaria o argumento de que o Estado estaria eliminando custos com as cadeias.

Quanto a responsabilizar os deputados pela falta de leis proibindo operadoras de celular de funcionar dentro de cadeias, parece, de novo, que o raciocínio é mais tortuoso do que o de bicho geográfico sob a pele humana. Como assim? Não cabe é à polícia e à Justiça de cada estado ficarem atentas para coibir e punir a corrupção carcerária entre policiais, agentes e presos, já que é através dela que se faz chegar às celas os celulares a partir dos quais são dados os comandos dos crimes? Desde quando há crime sendo ordenado de dentro da cadeia por falta de leis, secretário? Se falta há é a de fiscalização e de controle sobre a corrupção e sobre as propinas que rolam soltas entre os traficantes de grife presos e muitos agentes que estão mais a serviço do crime do que do Estado.

Não são os deputados nem tampouco as operadoras que colocam celulares nas celas nem nas mãos de criminosos e disso sabe até um anencéfalo, se sobrevivesse. Desta vez, de Marcelo Nilo a seus pares a Marco Feliciano e sua trupe, bem como as operadoras de celular (embora bem mais sujas que pau de galinheiro com sua clientela), todos entraram de gaiatos na viagem argumentativa do secretário Maurício Barbosa. Se deputados e operadoras fossem solução para 80% dos homicídios na Bahia ou no Brasil, caberia muito pouco à SSP fazer. Menos, secretário, menos...

MALU FONTES é Doutora em culta, Jornalista e professora da UFBA. Escreve, quinzenalmente, para esta publicação. **Jornal CORREIO, Julho de 2013.**

Nova elite caipira (MÁRCIA TIBURI)

Sobre uma curiosa inversão histórica na ordem da cultura

NO TÍTULO do famoso filme *Tropa de elite* (José Padilha, 2007), o termo elite referia-se ao grupo de policiais especialmente treinados para operações muito complicadas. A "elite" que era a tropa tinha um significado de especialização, superioridade, hierarquia, entendidas tecnicamente. Na contramão, quem utiliza o termo em outros contextos refere-se, em geral, a: "donos do poder", "classe dominante", "oligarquia", "dominação política", "dominação econômica", "classe dirigente", "minoridade privilegiada", "formação de opinião", "dirigente cultural".

"Elite" é termo usado para designar as vantagens petrificadas de "ricos" e "poderosos" que comandam massas, as maiorias anódinas que, não tendo poder, parecem não ter escolha quanto a deixar-se conduzir. Usado em oposição a povo,

à democracia, à simplicidade das gentes, à cultura popular, o termo é usado para designar grupos econômica, cultural e politicamente dominantes. Seu uso atual, no entanto, erra o alvo em relação à cultura, desde que vivemos uma curiosa inversão cultural.

Morfina estética

Há dois tipos de caipira. Um que era o oposto da elite, como o simpático Jeca Tatu, e outro, que é a própria nova elite, o cantor da dupla sertaneja que, depois de um banho fashion, fica pronto para o ataque às massas, mesmo que seu estilo continue sendo o do chamado "jeca". Refiro-me ao "caipira" ou "jeca" como figura genérica, mas poderia também falar da moça cantando seu axé music, seu funk, que, de repente, não é uma "artista do povo" como quer fazer parecer a indústria que a sustenta (e atormenta o povo como F. Bacon dizia que era preciso tormentar a natureza para receber dela o que interessava à ciência), mas é a rica e poderosa estrela – e objeto – da indústria cultural.

Sem arriscar um julgamento quanto à qualidade estética dos produtos do mercado, é possível, no entanto, questionar sua qualidade cultural e política. Muitos defendem que "é disso que o povo gosta", enquanto outros dirão que o povo experimenta uma baixa valorização de si ao aceitar o que lhe trazem os ricos e poderosos sem que condições de escolha livre tenham sido dadas, o que surgiria de uma educação consistente – e inexistente em nosso contexto. A injeção diária de morfina estética que o povo recebe não permite saber se o "gosto" é autóctone ou externamente produzido.

De qualquer modo, no mundo da nova elite, a regra é a adulação das massas. Qualquer denúncia ou manifestação de desgosto em relação ao que se oferece a elas é sumariamente constrangida. Mais curioso é a inversão culturalmente curiosa que está em cena. No lugar das extintas "elites culturais", sobem ao *podium* as novas estrelas que permutam o antigo poder do artista e do intelectual pelo poder do jeca para quem a arte não é problema. Se o intelectual é melhor ou pior do que o jeca não é a nossa questão. Questão é desvendar o seguinte: num quadro em que professores recebem um torturante salário de fome, em que intelectuais sérios precisam pedir desculpas por existir, em que escritores permanecem perplexos sem saber se sobreviverão em um país de analfabetos, em que artistas-não-jecas recebem pareceres humilhantes de agências e ministérios, enquanto todos estes são questionados quanto a seu papel social e sua contribuição para a sociedade como se fossem um estorvo, ninguém pergunta sobre o papel cultural da elite caipira: Xuxas e Sangalos, Claudias Leittes e Luans Santanas, Micheis Telós – para citar exemplos – são livres para exercitar um autoritarismo sutil, covarde e sedutor na condução das massas à imbecilização planetária.

Politicamente correto é elogiar a imbecilização como se ela não estivesse em cena impedindo a reflexão. O autor da crítica à nova elite sempre pode ser xingado de "elitista", afinal, a elite jeca não tem outro argumento senão o disfarce.

MÁRCIA TIBURI é filósofa, professora e autora de vários livros conectados ao mundo da poesia. Escreve mensalmente para esta publicação. **Revista CULT, Julho de 2013. E-mail: marciatiburi@revistacult.com.br**

Haja cartola para tanto coelho (CRISTIANE SEGATTO)

Qual será a próxima solução mágica proposta pelo governo para resolver o caos da saúde?



NO CALOR das manifestações populares, o governo federal anunciou medidas simbólicas e pouco efetivas para resolver o caos da saúde. Haja cartola para tanto coelho. Do chapéu de mágico saíram os 6 mil médicos cubanos que seriam enviados aos municípios onde os profissionais brasileiros não querem trabalhar. Poucas semanas depois, os cubanos voltaram para o fundo da cartola. O Ministério da Saúde não falou mais no assunto, mas a imprensa descobriu a razão da mudança de rumo.

A exportação de médicos é uma das principais fontes de renda para Havana. Eles são fornecidos em bloco, como numa empresa terceirizada. O governo contratante paga a Cuba pelos serviços e os médicos recebem só uma parte. Os profissionais trabalham num sistema cruel, em total desacordo com as leis trabalhistas brasileiras. Assunto encerrado. Furo n'água. Num outro passe de mágica, executado por medida provisória, vieram a ampliação do curso de medicina de seis para oito anos e o

serviço compulsório no SUS. Nesta semana, a longevidade desses dois coelhos também se mostrou ameaçada. Eles podem voltar para o fundo falso a qualquer momento. No caminho, podem ser atropelados pela nova solução mágica que agora parece simpática ao governo: tornar compulsória a residência médica e, da mesma forma, obrigar os médicos a trabalhar dois anos no SUS.

Vamos dissecar mais esse coelho: Hoje o curso de medicina tem seis anos de duração. Concluído esse período, o estudante recebe o diploma. Pode começar a trabalhar, mas no receituário só pode colocar a palavra "médico". Para se tornar especialista em alguma coisa precisa fazer residência médica. Dos quase 400 mil médicos do país, cerca de 30% não fazem residência porque não conseguem vagas nesses cursos ou simplesmente porque não têm interesse em concluí-lo. A especialização é um importante complemento da formação médica, mas ela só traz benefício ao profissional, ao paciente e à saúde pública se o curso for bom. É o óbvio ululante. Agora o governo federal diz ter planos de criar mais 12 mil vagas de residência médica até 2017. Parece uma boa ideia? Parece, mas não é. Essa é a opinião do médico Antonio Carlos Lopes, diretor da Escola Paulista de Medicina. Ele coordenou a Comissão Nacional de Residência Médica, no Ministério da Educação, durante quatro anos do governo Lula.

"Para funcionar, a residência médica precisa ter estrutura necessária, preceptor e financiamento", diz ele. "Cansei de fechar programas em instituições públicas e privadas. Eles não tinham a mínima condição de funcionamento." As razões: "Os residentes apanhavam dos pacientes, vários hospitais tinham goteira em cima da cama dos doentes, os médicos usavam saquinho plástico em vez de luvas". No período em que esteve na coordenação, Lopes afirma que 200 vagas de residência foram criadas em regiões menos favorecidas (interior do Ceará, Belém, Rio Grande do Norte e outros estados). Em seis meses, 80% dos residentes haviam desistido. Não havia ambulatório, uma rede mínima de atenção básica e, em alguns casos, sequer receituário.

"Colocar médico para trabalhar em lugares remotos nessas condições é jogar dinheiro público no ralo", diz Lopes. "Numa casa de sapé e mais nada, a contribuição do médico é menor que a do padre". A proposta também apresenta fragilidades jurídicas. "Obrigar um médico a fazer residência é inconstitucional. Primeiro o governo fala em ampliar o curso de medicina para oito anos. Quinze dias depois, vê com bons olhos a ideia de manter os seis anos e tornar a residência obrigatória. Isso demonstra a total falta de rumo e de conhecimento. É como pegar um paciente com ruptura do coração e não saber se é preciso operá-lo ou não", diz Lopes. A população de grande parte dos municípios brasileiros e das periferias sofre com a falta de médicos. É um problema grave e real. Nesses lugares, não falta só médicos. Falta tudo. É a falta de tudo que explica porque as cidades não conseguem atrair profissionais. Imputar aos médicos a culpa pelo descalabro da saúde pública brasileira é uma falácia pegajosa e perigosa.

Perpetuar a ideia de que as pessoas morrem nos rincões distantes ou nas periferias porque os médicos não têm sensibilidade nem consciência social é desviar o foco das reais causas da tragédia brasileira. Há médicos bons e ruins. Com caráter e sem caráter. Com preocupação social ou sem ela. Assim como há jornalistas, advogados e engenheiros de todos os tipos. Trabalhar no SUS durante um período de formação pode ser uma experiência pessoal e profissional enriquecedora. Muitos estudantes e médicos diplomados já trabalham em serviços públicos e ali aprendem o que é ser médico – no sentido mais nobre do termo. É assustador, porém, o caráter autoritário das soluções propostas até agora. Ninguém pode ser obrigado a trabalhar para o governo se quiser concluir um curso superior. Nem os médicos, nem os jornalistas, nem os advogados, nem os engenheiros.

Mesmo que os profissionais de todas as categorias fossem tratados como infratores da lei e, como eles, cumprissem um período compulsório de prestação de serviços, o resultado objetivo desse empenho, em termos de mudanças estruturais, seria questionável. Sem recursos materiais mínimos, não há força de trabalho capaz de mudar a história de uma população. Até quinta-feira (25), 3,3 mil municípios haviam se inscrito no Ministério da Saúde com o objetivo de receber médicos. Apenas 3,1 mil profissionais haviam concluído a inscrição no programa Mais Médicos. A previsão inicial do governo era atrair cerca de 10 mil profissionais. Se o governo quer realmente fixar médicos onde eles são necessários deveria criar uma comissão para avaliar as condições de trabalho nos municípios interessados. Se o governo complementasse a estrutura mínima necessária para atender a população talvez mais médicos aceitassem o desafio. "Nessa comissão precisaria ter gente que faz medicina de fato. E não gente que enxerga a medicina pela janela do gabinete", diz Lopes.

Trabalhar sem conseguir fazer diferença gera frustração. Mais nada. Para o paciente que busca atendimento e não encontra, o médico representa o Estado. Quem está na linha de frente é visto como ministro da saúde, como a própria presidente. Se o médico não resolve o caso, sobre ele recai toda a raiva que a população gostaria de lançar sobre quem tem o poder de transformar o SUS. Quem tem esse poder? Os brasileiros gostam de repetir que a saúde vai mal por culpa dos governantes, dos políticos e gestores corruptos, dos apadrinhados que ocupam cargos públicos sem ter competência técnica para isso etc. Tudo isso é verdade, mas só uma meia verdade. A saúde pública não vai melhorar enquanto a sociedade continuar evitando as discussões duras e objetivas sobre financiamento do sistema. O SUS foi criado em 1988 com a melhor das intenções. Se funcionasse como o previsto na Constituição, seria um belíssimo instrumento de justiça social. Para ser justo e universal, para oferecer tudo (todo e qualquer tipo de tratamento) para toda a população (dos mais pobres aos mais ricos), o SUS precisa receber mais dinheiro.

E, ainda assim, talvez não fosse possível oferecer todas as novas e caríssimas soluções criadas pela indústria farmacêutica. Nenhum país do mundo consegue fazer isso. Os cerca de 8% do PIB aplicado em saúde (somando-se os recursos públicos e privados) não sustentam o sistema imaginado em 1988. Como resolver a equação? Vamos aumentar

impostos? Vamos tirar dinheiro de outros ministérios? Vamos melhorar a gestão? O que é preciso fazer exatamente para melhorá-la? Vamos limitar o atendimento público a determinadas faixas de renda? Vamos limitar os gastos a um determinado pacote de programas, tratamentos e drogas -- e só a eles? Vamos acabar com a hipótese de qualquer cidadão entrar na justiça e exigir dos governos qualquer remédio caríssimo -- independentemente do preço?

Desde 1988, nenhum governo (PT, PSDB, PMDB e todas as outras siglas que chegaram ao poder) assumiu o ônus político de dizer que, do jeito que sonhamos e com o financiamento e a gestão atuais -- o SUS nunca será justo e universal. É uma verdade dura e impopular, daquelas que governante não diz e população não gosta de ouvir. Enquanto for assim, vamos continuar nos iludindo com os coelhos que brotam da cartola e voltam para o fundo dela sem aliviar o sofrimento de ninguém.

CRISTIANE SEGATTO Repórter especial, faz parte da equipe de ÉPOCA desde o lançamento da revista, em 1998. Escreve sobre medicina há 17 anos e ganhou mais de 10 prêmios nacionais e internacionais de jornalismo. **Revista ÉPOCA, Julho de 2013.**

Fascismo em nome de Deus (DRAUZIO VARELLA)

Há manhãs em que fico revoltado ao ler os jornais. Aconteceu segunda-feira passada quando vi a manchete de "O Globo": "Pressão religiosa", com o subtítulo: "À espera do papa, Dilma enfrenta lobby para vetar o projeto para vítimas de estupro que Igreja associa a aborto". Esse projeto de lei, que tramita desde 1999, acaba de ser aprovado em plenário pela Câmara e pelo Senado e encaminhado à Presidência da República, que tem até 1º de agosto para sancioná-lo.

Se não houver veto, todos os hospitais públicos serão obrigados a atender em caráter emergencial e multidisciplinar as vítimas de violência sexual. Na verdade, o direito à assistência em casos de estupro está previsto na Constituição. O SUS dispõe de protocolos aprovados pelo Ministério da Saúde especificamente para esse tipo de crime, que recomendam antibióticos para evitar doenças sexualmente transmissíveis, antivirais contra o HIV, cuidados ginecológicos e assistência psicológica e social. O problema é que os hospitais públicos e muitos de meus colegas, médicos, simplesmente se omitem nesses casos, de forma que o atendimento acaba restrito às unidades especializadas, quase nunca acessíveis às mulheres pobres.

O Hospital Pérola Byington é uma das poucas unidades da Secretaria da Saúde de São Paulo encarregadas dessa função. Lá, desde a fundação do Ambulatório de Violência Sexual, em 1994, foram admitidas 27 mil crianças, adolescentes e mulheres adultas. Em média, procuram o hospital diariamente 15 vítimas de estupro, número que provavelmente representa 10% do total de ocorrências, porque antes há que enfrentar as humilhações das delegacias para lavrar o boletim de ocorrência. As que não desistem ainda precisam passar pelo Instituto Médico Legal, para só então chegar ao ambulatório do SUS, calvário que em quase todas as cidades exige percorrer dezenas de quilômetros, porque faltam serviços especializados mesmo em municípios grandes. No Pérola Byington, no Estado mais rico da federação, mais da metade das pacientes vem da Grande São Paulo e de municípios do interior.

Em entrevista à jornalista Juliana Conte, o médico Jefferson Drezzet, coordenador desse ambulatório, afirmou: "Mesmo estando claro que o atendimento imediato é medida legítima, na prática ele não acontece. Criar uma lei que garanta às mulheres um direito já adquirido é apenas reconhecer que, embora as normas do SUS já existam, o acesso a elas só será assegurado por meio de uma força maior. Precisar de lei que obrigue os serviços de saúde a cumprir suas funções é uma tristeza". Agora, vamos ao ponto crucial: um dos artigos do projeto determina que a rede pública precisa garantir, além do tratamento de lesões físicas e o apoio psicológico, também a "profilaxia da gravidez". Segundo a deputada Iara Bernardi, autora do projeto de lei, essa expressão significa assegurar acesso a medicamentos como a pílula do dia seguinte. A palavra aborto sequer é mencionada.

Na semana passada, o secretário-geral da Presidência recebeu em audiência um grupo de padres e leigos de um movimento intitulado Pró-Vida, que se opõe ao projeto por considerá-lo favorável ao aborto. Pró-Vida é o movimento que teve mais de 19 milhões de panfletos apreendidos pela Polícia Federal, na eleição de 2010, por associar à aprovação do aborto a então candidata Dilma Rousseff. Na audiência, o documento entregue pelo vice-presidente do movimento foi enfático: "As consequências chegarão à militância pró-vida causando grande atrito e desgaste para Vossa Excelência, senhora presidente, que prometeu em sua campanha eleitoral nada fazer para instaurar o aborto em nosso país".

Quem são, e quantos são, esses arautos da moral e dos bons costumes? De onde lhes vem a autoridade para ameaçar em público a presidente da República? Um Estado laico tem direito de submeter a sociedade inteira a uma minoria de fanáticos decididos a impor suas idiosincrasias e intolerâncias em nome de Deus? Em que documento está registrada a palavra do Criador que os nomeia detentores exclusivos da verdade? Quanto sofrimento humano será necessário para aplacar-lhes a insensibilidade social e a sanha punitiva?

DRAUZIO VARELLA é médico cancerologista. Por 20 anos dirigiu o serviço de Imunologia do Hospital do Câncer. Foi um dos pioneiros no tratamento da Aids no Brasil e do trabalho em presídios, ao qual se dedica ainda hoje. É autor do livro "Estação Carandiru" (Companhia das Letras). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Julho de 2013.**

Sinistro na ANS (LÍGIA BAHIA e MÁRIO SCHEFFER)



NO JARÃO dos planos de saúde, sinistro é a perda financeira a cada demanda de um cliente doente. Já a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) foi tomada pelo sinistro no sentido popular do termo - ou seja, aquilo que é pernicioso. Dois ex-executivos de planos de saúde - um serviu à maior operadora do país e outro, à empresa líder no Nordeste - acabam de ser nomeados diretores da ANS.

Desde sua criação, há 13 anos, a agência foi capturada pelo mercado que ela deveria fiscalizar. As medidas sugeridas para coibir o conflito de interesses na ANS - frise-se, um órgão público sustentado com recursos públicos - sempre foram contestadas sob o argumento de que tais pessoas "entendem do setor". Assim, a agência instalou em suas entranhas uma porta giratória, engrenagem que destina cargos a ex-funcionários de operadoras que depois retornam ao setor privado.

A atuação frouxa da ANS, baseada no lucro máximo e na responsabilidade mínima das operadoras, tem a ver com essa contaminação. Impunes e protegidos pela fiscalização leniente, os planos de saúde ao fim restringem atendimentos e entregam emergências lotadas e filas de espera para consultas, exames e cirurgias.

As empresas deixaram de vender planos individuais, pois têm o aval da ANS para comercializar planos coletivos a partir de duas pessoas, com imposição de reajustes abusivos e rescisão unilateral de contrato sempre que os usuários passam a ter problemas de saúde dispendiosos. Sob o olhar complacente da ANS, dão calote no SUS, pois não fazem o ressarcimento quando seus clientes são atendidos em hospitais públicos.

Os planos de saúde doam recursos para candidatos em tempo de eleição que, depois de eleitos, devolvem a mão amiga com favores e cargos. Há coincidências que

merecem explicação. Em 2010, as operadoras ajudaram na eleição de 38 deputados federais, três senadores, além de quatro governadores e da própria presidente da República. Da empresa que doou legalmente R\$ 1 milhão para a campanha de Dilma Rousseff, saiu o nome que presidiu a ANS até 2012. O plano de saúde que doou R\$ 100 mil à campanha de um aliado - o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral - emplacou um diretor da agência que, aliás, acaba de ser reconduzido ao cargo.

Em 1997, o texto do que viria a ser a lei nº 9.656/98, que regula o setor, foi praticamente escrito por lobistas dos planos. Em 2003, na CPI dos Planos de Saúde, as empresas impediram investigações. Em 2011, um plano de saúde cedeu jatinho para o então presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), em viagem particular.

Quase mil empresas de planos de saúde que atendem 48 milhões de brasileiros faturaram R\$ 93 bilhões em 2012. Com tal poder econômico, barram propostas de ampliação de coberturas, fecham contratos com ministérios e estatais para venda de planos ao funcionalismo público, definem leis que lhes garantem isenções tributárias. E se beneficiam da "dupla porta" (o atendimento diferenciado de seus conveniados em hospitais do SUS) e da renúncia fiscal de pessoas físicas e jurídicas, que abatem do Imposto de Renda os gastos com planos privados. Agora as operadoras bateram às portas do governo federal, pedindo mais subsídios públicos em troca da ampliação da oferta de planos populares de baixo preço - mas cobertura pífia.

No momento em que os brasileiros foram às ruas protestar contra a precariedade dos serviços essenciais, num rasgo de improviso os problemas da saúde foram reduzidos à falta de médicos. O que falta é dotar o SUS de mais recursos, aplicar a ficha limpa na ocupação de cargos e eliminar a promiscuidade entre interesses públicos e privados na saúde, chaga renitente no país.

LÍGIA BAHIA, 57, é professora do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro. **MÁRIO SCHEFFER**, 46, é professor do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO**, Julho de 2013.

O pecado original (JAIME PINSKY)



PODE PARECER que há motivos variados e até mesmo conflitantes para as manifestações em todo o Brasil. Errado. Todos os protestos decorrem do indiscutível e inaceitável distanciamento que existe no Brasil entre a nação e o Estado.

A nação, constituída pelos cidadãos concretos, pelas pessoas reais, não reconhece nos poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) seus representantes. "Nós" somos nós e "eles" são eles. Expressar-se, como tem se expressado a sociedade, é mais sintomático ainda em se tratando de gente que poucas vezes sai às ruas (todos observamos o deslumbramento de muitos que as frequentavam pela primeira vez).

Mas, como escreveram em seus cartazes Livia e Ana Paula, desde os primeiros dias, "são 513 anos e 20 centavos". Cabe-nos ler e entender o que elas queriam dizer com isso. Somos fruto de um pecado original, aquele que criou o Estado brasileiro em 1822 sem que houvesse, de fato, uma nação que o reivindicasse - o contrário do que aconteceu na maioria dos países em que a estrutura jurídico-política surge como decorrência dos anseios de uma nação já constituída (nação aqui definida como o povo com consciência de sua identidade).

Pelo fato de, entre nós, criarmos um Estado com todo seu aparato que não respondia a anseios da população, esta nunca o reconheceu, tratando-o sempre na terceira pessoa do plural. É verdade que governantes, legisladores e juizes não têm facilitado. Ao assumirem papéis na estrutura jurídico-política, deixam de ser povo e se transformam em "autoridades". Claro que, em qualquer país, há rituais inerentes a funções públicas, mas o exagero entre nós é evidente. Nossos supostos representantes vão muito além de cumprimento de obrigações protocolares: as "autoridades" exigem "respeito" equivalente ao que o Faraó, seus funcionários e sacerdotes exigiam dos súditos. São automóveis com motoristas à disposição de toda a

família, são diárias de viagem superiores ao salário mensal de professores, é o uso de aviões de serviço para conforto pessoal (e até da sogra), é cabeleireiro que cobra cinco salários mínimos por hora de trabalho. Tudo isso às custas dos nossos impostos diretos e indiretos.

Entre nós, ao contrário do que acontece na maioria das democracias, o modo como se exerce o poder distancia os representantes dos representados. Cidadãos brasileiros são percebidos pelos poderosos de plantão (ou os vitalícios, que os há) não como cidadãos, mas como súditos, simples massa de manobra, gente para ser enganada a cada eleição. Talvez por isso nossos governantes quase não governem: uma vez no poder, dedicam-se a criar as bases de sua permanência (e da corriola, é claro) na função obtida, preparando-se para a próxima eleição. Não querem perder o direito ao uso (e abuso) das vantagens conquistadas. Detestariam voltar a ser apenas parte da nação. Por outro lado, povo nas ruas pode ser bom, mas substituir a democracia representativa pela direta é inviável em uma sociedade complexa como a nossa. Afinal, não estamos na Grécia clássica, não cabemos todos em uma praça. Precisamos, pois, de representantes. Porém, chegou a hora destes mudarem sua forma de fazer política, criar leis, promover justiça. Temos que melhorar nossa democracia.

Estamos todos de acordo com penas mais severas e sentenças rápidas para os que confundem patrimônio público com o privado. Concordamos também que não tem sentido arrotar prioridade de transporte público e manter um modelo que isenta de impostos os automóveis privados. Não há dúvidas ainda sobre a necessidade de uma ampla reforma política. Mas, antes que o abismo cresça ainda mais, precisamos reaproximar o Estado da nação.

JAIME PINSKY, 74, é historiador e editor, livre-docente pela Universidade de São Paulo, professor titular da Universidade Estadual de Campinas e autor de "Por Que Gostamos de História". **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Julho de 2013.**

O assunto é: formação médica

Mais que um direito, um dever (DIRCÊO TORRECILLAS)

A POLÍCIA Militar tem o direito e o dever de combater os manifestantes que se excedem. Segundo o artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil, "a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio". A Carta atribui às Polícias Militares essa função ostensiva.

Os fatos ocorridos no Rio de Janeiro e antes em São Paulo têm demonstrado violência contra o patrimônio público e o privado. São destruições. Quebraram-se vidros, portas, aparelhos e instrumentos e até mesmo chegou-se a saquear lojas e escritórios. Em alguns casos, foram utilizadas bombas molotov. Não condiz com o bom caráter. Essa situação coloca em risco as pessoas que não participam dos protestos e mesmo as que o fazem pacificamente. Evidentemente, as circunstâncias momentâneas verificadas no Rio de Janeiro facultam o rigor dos policiais, que não devem ficar apenas apreciando os acontecimentos.

Poderão chegar ao extremo de atingir a integridade física, mortes e prisões, porque já estão em flagrante delito ou para averiguação, conforme a resistência e agressões dos atos de vandalismo truculento e depredação. Dessa maneira, justifica-se a detenção para averiguação do grau de periculosidade e os antecedentes dos agentes. A liberação ou manutenção da prisão será posteriormente solicitada e decidida. Saliente-se que, no exercício de suas funções, o policial deve obediência aos princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da intimidade, da privacidade, da imagem e do sigilo, previstos em nossa lei maior. Pelos abusos, os profissionais respondem com apuração pela corregedoria da Polícia Militar, de acordo com o artigo 144, § 4º do texto supremo e julgamento no Tribunal de Justiça Militar, onde houver, ou na Justiça comum, ou se for o caso no Tribunal do Júri.

Cumprindo o dever imposto, atentos à necessidade das medidas e à utilização adequada dos meios para atingir seus fins proporcionalmente às exigências, evitando a exposição dos agentes em movimentos, preservando a intimidade, a privacidade e a imagem de pessoas que possam posteriormente provar sua inocência, estarão agindo nos interesse da sociedade. Mesmo aqueles manifestantes que extrapolam seus direitos terão seus atos apurados pela Polícia Civil, conforme artigo 144, § 4º da Constituição, e não por comissão especial. Serão processados e punidos civil e criminalmente, com respeito às garantias oferecidas pelo Estado de Direito.

Inclui-se aqui o sigilo de dados e telefônico, que somente poder-se-á quebrar por ordem judicial, conforme o artigo 5º, inciso XII, da Constituição Federal, que assim expressa: "É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal".

Conclui-se pelo exposto que obedecidas as condições impostas, havendo abusos nas manifestações, impõe-se, sim, à Polícia Militar, subordinada a governador do Estado, a atuação enérgica para reprimir os excessos e manter a ordem conforme a lei máxima e as leis infraconstitucionais brasileiras.

DIRCÊO TORRECILLAS RAMOS, 71, é professor livre-docente pela USP, membro da Academia Paulista de Letras Jurídicas e presidente da Comissão de Ensino Jurídico da Ordem dos Advogados do Brasil de SP. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Julho de 2013.**

Erro de percurso (MARIA PAULA BUCCI)

A DETERMINAÇÃO de criar mais 11 mil vagas em cursos de medicina até 2017 é um erro mais grave do que parece. É quase inviável que essas vagas tenham qualidade. O Brasil já teve algumas faculdades de medicina que eram notórias linhas de produção de médicos despreparados, que descobriam na clínica as falhas de sua formação, resultado, majoritariamente, da falta de treinamento prático e supervisão.

A partir de 2006, com a definição de um novo marco regulatório na educação superior, baseado na avaliação, criou-se fundamento para maior exigência tanto para autorização como para o reconhecimento de cursos, combinada com as disposições jurídicas necessárias para o fechamento daqueles com qualidade insatisfatória, ou pelo menos a redução de suas vagas. O instrumento de avaliação para autorização de cursos de medicina, contendo as condições mínimas para o seu funcionamento, exige a "disponibilidade de serviços assistenciais, incluindo hospital, ambulatório e centro de saúde", visando oferecer aos alunos locais de "prática desde os estágios iniciais". Essa disposição concretiza objetivo apontado nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Medicina, de 2001: "A formação do médico incluirá, como etapa integrante da graduação, estágio curricular", que deve corresponder a pelo menos 35% da carga horária do curso.

O processo de supervisão de cursos de medicina realizado pela Secretaria de Educação Superior, em 2008, para avaliar as deficiências dos cursos com desempenho insatisfatório no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) revelou que o que mais explicava os resultados negativos era a precariedade do internato, nos dois anos finais do curso, em que se concentra o aprendizado prático. É a fase mais cara e complexa do ensino médico. Essa experiência embasou um

redirecionamento da formação médica de fortalecimento da residência. E hoje esse serviço chegou a locais que até poucos anos atrás eram desassistidos. As iniciativas do programa Mais Médicos desorganizam profundamente a sua evolução.

Também está em risco a possibilidade de racionalização da formação médica baseada em estudo sobre a distribuição geográfica dos médicos no Brasil, que identifique as localidades realmente carentes e oriente a abertura de novos cursos, mediante chamada pública. O Brasil hoje forma, por ano, cerca de 15 mil médicos. Qual a necessidade e o sentido de quase dobrar o número de ingressantes? E por que fazê-lo em menos de quatro anos? A criação de 23 novos cursos de medicina, entre 2011 e 2013, somada à anulação dos cortes de vagas efetuados nos processos de supervisão de 2008 tiram toda a credibilidade da promessa de qualidade.

A abertura de mais vagas em cursos de medicina não irá proporcionar a melhoria dos sistemas de saúde locais. Talvez traga algum prestígio às cidades que sediarem esses cursos; há muitos prefeitos que acreditam, de boa-fé, que a presença de uma faculdade de medicina valoriza a cidade e cria um fato que depois justificará romarias a Brasília pedindo hospitais, verbas, pessoal, enfim, toda a estrutura que hoje falta à saúde pública e que faltará também ao curso nascente. Mas quem certamente ficará satisfeito com a perspectiva das novas vagas são as instituições privadas, cujo retorno financeiro virá não apenas dos cursos de medicina, mas também do ganho marginal com outros cursos da área da saúde que a instituição ofereça. E depois desses desacertos, voltaremos a ouvir as velhas promessas de melhoria da qualidade da educação superior. Esse problema, o país já demonstrou que pode e quer enfrentar.

MARIA PAULA DALLARI BUCCI, 50, é professora livre-docente da USP e do Mackenzie. Foi secretária de Educação Superior (2008-10) e consultora jurídica (2005-08) do Ministério da Educação. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Julho de 2013.**

Ponto de colisão (PAULO NARVAI)

AS LUTAS pelo direito à saúde se encontram em um patamar que requer identificar quais são os entraves a seu exercício. São insuficientes formulações genéricas em "defesa da saúde". Muitos que não a reconhecem como direito também se dizem em sua "defesa" e muitos que alegam "defender o SUS" veem o sistema público como balcão de negócios.

É nesse contexto que se deve analisar a preocupante queda de braço entre entidades médicas e o governo federal desde o anúncio do programa Mais Médicos, cujo objetivo é, essencialmente, tornar esses profissionais acessíveis à população. Embora sejam inegáveis as dificuldades para conseguir acesso a médicos, as entidades insistem em que esses profissionais não estão em falta. Cabe interrogar por que chegamos a esse ponto, em que lideranças médicas se recusam a enxergar o que está à vista de todos e como interesses corporativos colidem com os públicos e nos colocam à beira de um conflito institucional grave.

Se, como afirmam lideranças médicas, apenas importar médicos e ampliar a duração dos cursos não contribuirá para resolver o problema, também é certo que não ajuda em nada apenas ser contra o programa e declarar "persona non grata" o ministro da Saúde. Não me parece que o médico Alexandre Padilha seja merecedor de tamanha grosseria, uma vez que está a lidar com um problema estrutural, cuja origem precisa ser elucidada para que se encontrem soluções, superando-se ações emergenciais.

O quadro atual resulta de vários fatores, entre eles a pressão das entidades médicas nas últimas décadas contra a ampliação de vagas. Com menos médicos no mercado de trabalho, maior a remuneração média desses profissionais. Essa posição sempre teve decidido apoio dos proprietários de cursos médicos privados, cujas mensalidades destoam das de outros cursos, mesmo os da área da saúde. Interesses da categoria médica vêm se aliando, historicamente, aos propósitos dos que comercializam a formação médica, oferecendo vagas a preços exorbitantes. Ambos, corporativismo médico e comércio da educação, ainda que apareçam emoldurados por falas grandiloquentes, nada têm a ver com os direitos à educação e à saúde e, contrariando o interesse público, fazem refém a sociedade.

Para dar consequência às exigências das frias noites de junho, é preciso abaixar logo a temperatura do conflito entre entidades e governo. E, com urgência, encontrar soluções para que mais brasileiros tenham acesso aos médicos de que necessitam e, concomitantemente, para que mais vagas públicas sejam abertas em cursos médicos. Será oportuno rever os valores das mensalidades dos cursos privados de medicina. Um bom começo seria fixar limites superiores. Elas poderiam, por exemplo, ser equivalentes às dos cursos de sânscrito ou de língua portuguesa.

Convém também avançar na institucionalização do SUS. Para isso, é indispensável respeitar conselhos e conferências, criar a carreira nacional do SUS e vinculá-la aos cargos de direção dos serviços, fixar o valor do financiamento federal e defender o SUS como instrumento para assegurar um direito social, não para fazer negócios com direitos.

PAULO CAPEL NARVAI, 58, é professor titular e chefe do Departamento de Prática de Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da USP. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Julho de 2013.**

Novelas, a construção de uma nação de telespectadores (LAMIA OUALALOU)

Promovidas sob a ditadura para conectar o país, as novelas brasileiras evoluíram. Acompanhadas pelo conjunto da população, elas representam um espelho para uma sociedade em efervescência. A transformação do gigante não pode ser resumida pela divisa "ordem e progresso", como mostram as recentes manifestações de rua.



"**NÃO VAI** ter ninguém!" A equipe da campanha de Fernando Haddad, à época na corrida pela prefeitura de São Paulo, foi clara: a presidente Dilma Rousseff não poderia pensar seriamente em organizar um comício para apoiar o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) naquela sexta, 19 de outubro, exatamente na hora em que seria transmitido o último episódio de *Avenida Brasil*, a telenovela sensação da Rede Globo. Naquela noite, dezenas de milhões de brasileiros assistiriam ao confronto final entre as duas heroínas, Nina e Carminha, a fim de finalmente saber quem matara Max. Convencida, a presidente adiou o evento para o dia seguinte.

Avenida Brasil parece ter voltado a atingir as massas, marcando o retorno da reunião da maioria das famílias diante da telinha. Um desafio quando se lembra de que a telenovela brasileira, ou simplesmente novela, como preferem chamá-la por aqui, celebrou seu sexagésimo aniversário em 2012. Quando a televisão surgiu no Brasil, as *soap operas* norte-americanas já tinham conquistado Cuba via Miami. E foi naturalmente para os autores da ilha, amedrontados pela revolução, que se voltaram as redes de TV, a começar pela pioneira, a TV Tupi. Dessa forma, *O direito de nascer*, lançada em 1964, foi uma adaptação do folhetim radiofônico homônimo que inundara as ondas da ilha caribenha em 1946. Como em Cuba, o folhetim teve um fim, enquanto nos Estados Unidos se prolongou por décadas. Pela primeira vez, a vida parava em São Paulo e no Rio de Janeiro por meia hora, várias vezes por semana... mas não ao mesmo tempo. A novela ainda não era diária e a transmissão em rede não existia: tão logo o episódio ia ao ar em São Paulo, a gravação era encaminhada por avião ou carro para o Rio de Janeiro, então a capital do país.

Na época, as tramas eram propositadamente exóticas, como evidenciado por títulos como *O rei dos ciganos*, *O sheik de Agadir* ou *A Ponte dos Suspiros*. Em 1968, *Beto Rockfeller* marcou uma ruptura. Pela primeira vez, o herói vivia em São Paulo. Ele trabalhava em uma loja de calçados em uma rua popular da metrópole, mas fingia ser um milionário que morava em outro endereço. Com um vocabulário do dia a dia, referências às coisas boas e aos desafios do Brasil urbano, ainda mais visíveis pelo fato de algumas cenas serem filmadas ao ar livre, a novela mudou de cara. "A partir daí, ela passou a incorporar as questões sociais e políticas do Brasil, enquanto no México ou na Argentina o tema continuava sendo os dramas familiares", diz Maria Immaculata Vassallo de Lopes, que coordena o Centro de Estudos de Telenovela da Universidade de São Paulo (USP).

Em seguida, surgiu a TV Globo, que se apoderou do formato. Tanto assim que, de acordo com Bosco Brasil, um ex-autor da rede, "quando se fala em 'novela brasileira', se pensa em 'novela da Globo'". Nascida em 1965, um ano após o golpe militar, a rede é principalmente o resultado do gênio político de Roberto Marinho, herdeiro de um grande jornal, *O Globo*, mas sem influência nacional. Ele entendeu como era estratégico para a junta militar alcançar a integração do território. Enquanto para Juscelino Kubitschek (1956-1961) esta passava pela construção de uma rede de estradas, os militares, no poder de 1964 a 1985, iriam apostar na mídia. E, nessa área, a Globo seria uma peça central: "Do ponto de vista econômico, ela desempenhou um papel essencial na integração de um país de dimensões continentais, por meio da formação de um mercado consumidor. Do ponto de vista político, sua programação levou uma mensagem nacional de otimismo ligado ao desenvolvimento, crucial para apoiar e legitimar a hegemonia do regime autoritário",¹ analisa Venício de Lima, pesquisador de comunicação da Universidade de Brasília.

Muitos outros vindos do teatro

Com o tempo, a rede criou "um repertório comum, uma comunidade nacional imaginária", explica Maria Immaculata. Em 2011, 59,4 milhões de famílias, ou seja, 96,9% do total, tinham um televisor, e cada brasileiro consumia em média 700 horas de programas da Globo a cada ano. Embora um gaúcho, mais próximo dos argentinos em seu estilo de vida, não tenha muito a ver com um pescador da Amazônia ou um agricultor do Nordeste, todos compartilham hoje o sonho de conhecer o Rio de Janeiro, principal cenário dos folhetins globais, ou de vestir a camisa branca e o cinto dourado de Carminha. A identificação é mais fácil quanto menos nítida é a fronteira entre ficção e realidade. Quando os brasileiros

comemoram o Natal, seus heróis na telinha fazem o mesmo. O desmoronamento, real, em janeiro de 2012 de um prédio no Rio de Janeiro foi comentada pelos personagens da novela *Fina estampa* nos dias seguintes. E quando, durante um episódio, um eleito fictício é enterrado, políticos reais concordam em se deixar filmar ao redor do caixão.



Jovens e velhos, ricos e pobres, analfabetos e intelectuais: todos devem poder se contemplar no espelho. De acordo com a psicanalista Maria Rita Kehl, “essas imagens únicas que percorrem simultaneamente um país tão dividido como o Brasil contribuem para transformá-lo em um arremedo de nação, cuja população, unificada não enquanto ‘povo’, mas enquanto público, articula uma linguagem segundo uma mesma sintaxe”.²

A inegável benevolência dos militares não explica por si só como a Globo conseguiu impor essa sintaxe. Nas horas de maior audiência, a rede alcança a proeza de transmitir produções próprias: na França, nessas faixas de horário, com frequência são as séries norte-americanas que

trionfam. “Tudo isso é baseado em um verdadeiro talento artístico e técnico, que se concentrou na novela”, diz Mauro Alencar, professor de Teledramaturgia Brasileira e Latino-Americana da USP. Ao decidir fazer da novela o cerne de sua rede, Roberto Marinho abraçou um desafio. Ironicamente, a ditadura lhe facilitou a tarefa, posto que a censura proibia bons dramaturgos, muitos deles de esquerda, de montar suas peças. Assim, autores como Dias Gomes, Bráulio Pedroso e Jorge Andrade se viram trabalhando para o “doutor” Marinho e para a televisão, que antes desprezavam.

Contra todas as probabilidades, esses grandes nomes descobriram que uma liberdade verdadeira lhes era oferecida pelos dirigentes da rede, que concordavam em enfrentar os censores. A Globo já tinha rodado 36 capítulos de *Roque Santeiro*, de Dias Gomes, quando a novela foi proibida. Ela conheceria um sucesso retumbante ao ser refilmada, dez anos depois, em 1985, após o advento da democracia. Em 1996, *O rei do gado*, de Benedito Ruy Barbosa, foi uma elegia à reforma agrária que deu visibilidade sem precedentes ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

“Já faz 35 anos que trabalho para a Globo, sou autor de dezessete novelas e nunca ninguém me disse o que eu deveria fazer. Sempre fui totalmente livre”, testemunha Silvio de Abreu, um dos principais autores da rede. Para Maria Carmem Jacob de Souza Romano, professora de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, “os grandes autores têm um poder de barganha, é claro. Eles dão mostras de bom senso e não podem transformar a novela em discurso social, mas podem abordar temas que lhes são caros, se o sucesso vai ao encontro disso”. A partir do centro do Rio, é preciso viajar uma boa hora de carro, com trânsito bom, para chegar ao Projac, a fábrica de sonhos montada pela Globo em Jacarepaguá, na zona oeste da cidade. Mais de 1,65 milhão de metros quadrados, dos quais 70% de floresta, permitem à rede concentrar, desde 1995, todas as etapas da produção de uma novela. “Antes, as filmagens eram divididas em vários estúdios por toda a cidade. Concentrar tudo permite uma enorme economia de tempo e de dinheiro”, explica Iracema Paternostro, gerente de relações públicas, mostrando uma maquete das instalações.

É preciso um carro para fazer o *tour*. Ali, um edifício agrupa as equipes de pesquisa encarregadas de compilar os arquivos e os estudos de mercado. Um pouco mais adiante, os figurinos são desenhados, costurados e cuidadosamente conservados para serem utilizados no futuro. Em seguida, entra-se em uma gigantesca oficina de carpintaria, na qual são elaborados os móveis e os cenários imaginados a alguns metros dali: um salão do século XIX, um trem do metrô – tudo em partes, para que se possa montá-los em algumas horas, em um dos quatro estúdios de mil metros quadrados, onde as novelas são gravadas todos os dias do ano. As peças serão, então, desmontadas e guardadas para filmagens futuras ou destruídas para serem recicladas.

A leste do território se encontra a cidade cinematográfica, com alguns equipamentos permanentes, como uma curiosa igreja que dispõe de uma fachada tríplice: uma barroca, outra italiana, outra portuguesa. “Sempre precisamos de uma igreja”, brinca Iracema, referindo-se ao casamento inevitável do episódio final. Atrás, há pedaços de cidade que são erguidos por nove meses, a duração média de uma novela. Como a metade da ação de *Salve Jorge*, veiculada no início de 2013, se passava na Turquia, a direção de arte reconstituiu uma pequena Istambul, observando os menores detalhes: um cartaz rasgado, um livro caído de uma biblioteca, uma chaleira tradicional. Para instalar esse cenário, milhares de fotos foram tiradas no local e uma batelada de objetos típicos foi levada para o Rio de Janeiro. As equipes também filmaram horas do cotidiano do lugar, os vendedores de rua, o fluxo dos carros. Durante a montagem, as imagens, sempre

panorâmicas, eram encaixadas nas cenas filmadas na cidade cinematográfica. A ilusão funciona perfeitamente. E o processo não é usado apenas para destinos distantes: ao lado da pequena Istambul, há um labirinto de ruas recriado em 1.800 metros quadrados do Complexo do Alemão, uma das maiores favelas do Rio de Janeiro. Também nesse caso acreditamos estar no lugar real. A Globo chegou a contratar Adriana Souza, uma vendedora de empadas, para vender seus produtos no cenário de papelão, como faz na favela.



Tocar todas as classes sociais

O segredo do sucesso da Globo é sua capacidade de industrializar todas as fases da criação, para conseguir transmitir todos os dias pelo menos três novelas, cada uma com algo entre 140 e 180 episódios de quarenta minutos, durante seis a nove meses. Para cada horário, sua atmosfera, segundo um modelo não modificado desde 1968: a novela das 18 horas aborda um tema leve; a das 19 horas é com frequência cômica; as questões sociais e os dramas ficam reservados para a das 21 horas, o horário nobre. Quanto à história, ela muitas vezes retoma as receitas típicas do melodrama, girando em torno da questão da família, da identidade – ignorada ou usurpada,

levando à procura do pai ou da mãe – e da vingança.

Produzir uma novela custa caro: cerca de US\$ 200 mil por episódio, de acordo com estimativas de Maria Immaculata. “Uma forte tendência nos últimos anos é o *remake* dos grandes sucessos do passado”, explica Nilson Xavier, autor do *Almanaque da telenovela brasileira* (Panda Books, 2007). “Uma escolha idiota” aos olhos de Gilberto Braga, um dos mais cortejados autores da Globo. Para ele, “não há uma receita que funcione todas as vezes”.

Quando sua proposta é aprovada, o autor envolve um punhado de auxiliares que escrevem uma parte dos diálogos e das cenas num ritmo frenético. Cerca de trinta episódios são gravados antes do lançamento. Desde os primeiros dias de exibição, a reação do público é cuidadosamente auscultada, seja por meio de pesquisas, seja em redes sociais. “A novela é uma obra aberta”, explica Flavio Rocha, um dos diretores da Globo. “Um casal pode parecer pouco convincente aos olhos do público e, eventualmente, desaparecer, enquanto um personagem secundário pode tornar-se central, se alcançar mais sucesso. O autor se adapta.” O discurso sobre a “obra aberta” é um mito cultivado pela Globo. Porque, antes de deixar sua imaginação divagar, os autores são convidados a pensar nos custos de produção: idealmente, as cenas que vão acontecer em uma sala devem ser escritas com antecedência, para serem filmadas em sequência, antes da destruição do cenário e de sua substituição por outro no estúdio. Os atores encadeiam assim durante uma mesma tarde a gravação de cenas dos episódios 8, 22, 24 e 42. Somente aqueles que estão acostumados a esse tipo de filmagem conseguem se encontrar na trama.

Trabalhar com uma estrela é um quebra-cabeça para o autor: alguns atores fazem constar no contrato que só irão ao Projac às terças e quintas ou exigem uma fortuna para reformular sua programação. Eles também querem concentrar suas cenas em um mesmo dia. “É por essa razão, por exemplo, que os principais personagens nunca se divorciam: isso poderia forçá-los a deixar sua casa, que constitui o cenário principal, e a gravar em uma infinidade de outros”, diverte-se um autor sob o manto do anonimato. O texto deve ser simples e bastante repetitivo para que o espectador possa se reconectar com a história depois de perder alguns episódios. Mas os personagens não são menos complexos, e a narrativa – que muitas vezes remete a um rico patrimônio literário – é suficientemente sofisticada para assombrar a sociedade por anos após sua transmissão. Também é necessário atingir todas as classes sociais: “É o imperativo da novela, como também o do jornal televisivo da Globo. E, no entanto, escrever para todos é aparentemente um contrassenso. Raros são os que conseguem isso”, ressalta Bosco Brasil. Ser autor de novela não é para qualquer um: “Entre 1989 e 2004, 25 novelas foram veiculadas no horário nobre, e elas foram assinadas por apenas seis autores, alternadamente”, confirma Maria Carmem. O salário dos membros desse clubinho ultrapassa muitas vezes os R\$ 250 mil por mês.

Uma fortuna para alguns, mas uma soma insignificante diante do que se ganha com esse produto artístico e comercial. Estima-se que uma publicidade de trinta segundos durante a novela no horário nobre custe em torno de R\$ 350 mil. Mas, para o último capítulo de *Avenida Brasil*, o preço dobrou. Naquela noite, o episódio durou setenta minutos, quase duas horas, levando em conta os comerciais. Entre os anunciantes nacionais e regionais, quinhentos espaços foram vendidos. O espelho da modernidade funciona ainda melhor quando incorpora um discurso pedagógico sobre as principais causas apoiadas pela rede e por seus autores. Estudos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)³ estimam que as novelas desempenharam um papel importante na redução significativa do número de nascimentos – a taxa de fertilidade caiu 60% desde os anos 1970 – e na quintuplicação dos divórcios.⁴ A leucemia de Camila, personagem de *Laços de família*, exibida em 2000, causou uma explosão de doação de órgãos. “Algumas novelas também têm contribuído grandemente para

a aceitação da homossexualidade”, acrescenta Silvio de Abreu, lembrando que a Globo dispõe de um departamento encarregado de sugerir temas de sociedade.

Muitas vezes politicamente correto, esse “*merchandising* social” é uma marca comercial da novela brasileira e, sem dúvida, contribui para promover o debate na sociedade. Para a Globo, o maior conglomerado midiático da América Latina, controlado unicamente pela família Marinho, “é também uma forma de oferecer uma boa imagem, a de uma rede privada preocupada com uma missão de serviço público”, estima Maria Carmem. Por sua vez, Mauro Alencar confia que o velho lema da Globo, “A gente se vê por aqui”, e o atual, “A gente se liga em você”, “não são apenas *slogans* publicitários: eles demonstram a intensa relação de identificação do público e o interesse da rede pelos grandes temas nacionais”. Manter essa relação não é simples. Por um lado, porque, se a Globo continua sendo a rainha indiscutível da novela, com as outras redes simplesmente copiando seu modelo de produção, sem ter os meios para colocá-lo em prática, ela sofre hoje em dia com a concorrência da internet e o desinteresse de alguns jovens. Até os anos 1970, as pontuações médias da audiência de novelas com frequência ultrapassavam os 60%, quando não chegavam aos 80%. Hoje, captar o interesse de 40% dos lares representa um sucesso. Em 2012, a audiência total da Globo atingiu o nível mais baixo da história, com uma queda de 10%⁵ – que, certamente, atingiu todas as redes. “O problema é que assistimos à novela no computador, no telefone, e ainda não temos nenhum instrumento de medição para essas mídias”, argumenta Mauro Alencar.

Na verdade, contra todas as expectativas, a queda da audiência não implica redução de benefícios: as novelas rendem mais do que nunca. Nas agências de publicidade, reconhece-se que isso é em parte o resultado de certa inércia. Tal como acontece na imprensa escrita, é mais fácil levar os anunciantes a concentrar seu orçamento em alguns títulos, sem prestar atenção em seu menor impacto. E essa ilusão é alimentada pelo fato de que a novela tem contaminado todas as áreas: dezenas de revistas são dedicadas a ela, as redes sociais mantêm o suspense, para não mencionar os especialistas de todo tipo convidados a falar sobre o fenômeno em outros programas da rede, mas também nas colunas do jornal *O Globo*, bem como nas rádios e em outros canais ligados ao grupo, uma sinergia pouco estudada nas universidades. “Cada vez mais falamos e ouvimos falar da novela, sem necessariamente assistir a ela”, constata Bosco Brasil.

Especialmente porque a sociedade brasileira mudou dramaticamente ao longo dos últimos dez anos, com a saída da pobreza de cerca de 50 milhões de pessoas, alçadas ao mercado de consumo de massa, e uma redução significativa das desigualdades. “São famílias cujo poder aquisitivo aumentou consideravelmente. Torna-se mais interessante investir em publicidade ou ações de *merchandising*”, ressalta Mauro Alencar.

Empregadas domésticas como heroínas



Essa é também uma das razões do enorme sucesso de *Avenida Brasil*, que deve seu nome à via rápida que liga os subúrbios do norte à zona sul do Rio de Janeiro, rica e turística. Não foi tanto o enredo – uma jovem criada em um aterro municipal pretende se vingar por ter sido abandonada por sua madrasta, que se tornara rica – que se mostrou decisivo, e sim o surgimento de um novo tipo de protagonista. As tradicionais cenas nas praias de Ipanema ou de Copacabana e nos bairros mais exclusivos do Rio de Janeiro foram substituídas por um mergulho em um bairro fictício, Divino, típico da classe média baixa da zona norte da cidade. Essa não é a primeira vez que os pobres estão representados; mas, em geral, seu único sonho, que se realizava no *happy end*, era conseguir acesso ao Rio rico e ilustre. Não em *Avenida Brasil*: Tufão, o herói, transformado em milionário graças ao futebol, permanece no bairro de sua infância. Ali, as pessoas falam alto e não

sabem usar os talheres corretamente, mas ele gosta. Sucesso enorme junto ao que o governo tenta descrever como uma “classe média emergente” (mas que continua sendo mais um “segmento pobre” da população ativa),⁶ que se vê representada pela primeira vez como próxima dos mais ricos, que têm assim acesso a um mundo desconhecido.

Esse coquetel de orgulho em uns e de curiosidade em outros também explica o sucesso de *Cheias de charme* (2012), cujas heroínas são três empregadas domésticas: algo nunca visto. “Até então, era um personagem secundário e muitas vezes caricatural: a empregada que se mete em tudo na vida da patroa, sem existência própria”, diz Nilson Xavier. Entre o aumento do salário mínimo, que passou R\$ 200 a R\$ 678 entre 2002 e 2013, e o aumento do nível de ensino – a proporção de jovens de 19 anos que foram escolarizados por pelo menos onze anos aumentou de 25,7% em 2001 para 45% em 2011 –, o equilíbrio de forças começou a mudar na sociedade, levando os autores, Filipe Miguez e Izabel de Oliveira, a imaginar

esse cenário. “Antes, a empregada aparecia somente em sua função. Decidimos segui-la em sua vida, em sua casa, na rua, em seus sonhos”, conta Miguez. Mais uma vez, o sucesso foi ter conseguido não mexer com os mais ricos, de ideias bem pouco progressistas, como observado pelo autor: “Fizemos uma pesquisa que colocava perguntas como: ‘Você acha certo que uma empregada suba no mesmo elevador que você?’, e a maioria respondeu que não. É esquizofrênico: como ela é a empregada, não pode usar seu elevador ou seu banheiro, mas pode cuidar de seu filho!”.

Nos escritórios do Projac são muitos a se debruçar sobre as mudanças econômicas e tecnológicas que sacodem o país, e Silvio de Abreu dá uma de filósofo: “Eu não tenho bola de cristal para prever o futuro da novela, mas uma história bem escrita sempre vai fascinar o público. Tanto faz que ela seja vista no ônibus, na internet, em um telefone, para mim nada vai mudar: eu vou sempre me levantar às 7 da manhã e escrever até a meia-noite, para produzir um capítulo por dia”.

REFERÊNCIAS

- 1 Venício de Lima, *Mídia. Teoria e política*, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2001.
- 2 Alcir Henrique da Costa, Maria Rita Kehl e Inimá Ferreira Simões, *Um país no ar*, Brasiliense, São Paulo, 1986.
- 3 Eliana La Ferrara, Alberto Chong e Suzanne Duryea, “Soap operas and fertility: evidence from Brazil” [Novelas e fertilidade: evidências do Brasil], Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, 2008.
- 4 Alberto Chong e Eliana La Ferrara, “Television and divorce: evidence from Brazilian novelas” [Televisão e divórcio: evidências de novelas brasileiras], Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2009.
- 5 “Globo fecha 2012 com pior ibope da história”, Midianews, 3 jan. 2013.
- 6 Marcio Pochmann, *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*, Boitempo, São Paulo, 2012

LAMIA OUALALOU é Jornalista e escreve esporadicamente para esta publicação. **Jornal LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, Julho de 2013.** Ilustração: Daniel Kondo.

Liberdade (RODRIGO PETRÔNIO)



MEU FILHO me olha de soslaio. Aproxima-se. Pega minha mão e pergunta: como eu e você vamos sumir? Titubeio. O que ele quer dizer com sumir? Óbvio. Como nós dois morreremos. Sumir e morrer. Bons sinônimos para a imaginação infantil. Boa pergunta, possível apenas na violência indagadora da infância. O que não é percebido não existe. Ponto final. O resto é Metafísica.

Malgrado minha incapacidade de sacar uma resposta à altura, tomo um atalho. Sondo. Tento entender o porquê da pergunta. Um amiguinho da escola está com a mesma doença do vovô? Dizem que vai sumir? Entendo onde ele quer chegar. Enrijeço-me. Sim. Explico, ainda mais sem graça. Mas nem todos têm inclinação para ter as mesmas doenças – minto. Ao perceber, tento remendar. Hesito. Não é possível prever as doenças que as pessoas possam vir a ter – minto de novo. Paro. Seus olhos me perscrutam. Esperam uma explicação.

Por que não digo que hoje em dia há meios de se mapear os genes de um ser humano? Poderia dizer em linguagem simples que em algumas décadas poderemos prever todas as futuras doenças e fragilidades orgânicas de cada indivíduo. Inacessível? Como era inacessível um telefone celular há 10 anos. Como era inconcebível um computador portátil há 30 anos. Como era inimaginável pisar na lua há 80 anos. Como era insonhável uma expectativa de vida de 80 anos há três séculos. Costuro os hiatos de suas perguntas. Chego às motivações. Empalideço. Minha avó havia morrido de câncer. Seu marido morreu de câncer. Uma tia-avó morreu de câncer. Uma tia de minha esposa morreria da mesma doença. Recorro às explicações racionais. Elas colidem com um fracasso antecipado, inscrito em minha própria impotência diante de questões tão definitivas. Sem conseguir enfrentá-las, divago.

Penso na Biopolítica, em Foucault, em Agamben, em Esposito. Intuo o controle dos corpos por meio da linguagem. Imensos blocos de concreto flutuam em minha mente. Logo se dissolvem. Formam uma película sutil, espécie de nenúfar invisível, dividindo a humanidade a partir de bancos de genes sequenciados em hierarquias. Os habitantes de cada uma das metades se aproximam, tentam se tocar, mas não conseguem ultrapassá-la. Vedados uns aos outros. Lembro-me do filme Gattaca. Penso em Aldous Huxley, em George Orwell, em Stanley Kubrick. O rosto de Angelina Jolie se embaralha ao rosto de minha tia-avó. Um dos meus retratos favoritos de Kafka ocupa todo meu campo visual. Suponho ver meu filho naquele rosto de menino. Cabeça grande. Orelhas salientes. Rosto de expressão indecível. Incapaz de qualquer contorno. Embaixo, uma rubrica: estrangeiro. E então ele se metamorfoseia em um inseto monstruoso que tem a minha cara.

Outras imagens estranhas atravessam minhas retinas. Agrupam-se. Formam a cartografia de um mundo reticulado por redes e cruzamentos de informações genéticas. Um banco mundial de dados biológicos. Finalmente chegamos à transparência absoluta. O deserto de seres eviscerados de qualquer vida interior. Sim. A desterritorialização dos sujeitos e os corpos sem órgãos de Artaud e Deleuze. Sim. Como negar essa verdade cristalina? Ela está banhada pela luz do sol. Pode ser demonstrada em modo geométrico. Chegamos à sociedade de paredes finas. À realização plena do Palácio de Cristal. Sloterdijk, como sempre, tem razão.

Nesse instante, percebo a transparência do mal nas entrelinhas de cada gesto cotidiano. Rumino-a nas ranhuras de meu rosto no espelho. Nos sulcos de minha pele macerada. Nos veios de minhas mãos. Remoo a profecia de Baudrillard. Ela parece prestes a se cumprir. Intuo que a felicidade é a forma mais dócil de sermos assassinados. Para que nos dominarem pela força se podemos ser dominados pelo prazer? Sonho por um segundo com uma forma de resistir a esse processo avassalador. Como nos salvaremos desse fatalismo? Tudo por fim terminará em alguma variante da banalidade? A série involuntária de fantasmas que me visitam chega ao ápice. Claro. O ser humano nunca deteve o controle de si. Sei disso. Felizmente. Mas até quando seremos reféns das mãos invisíveis de anjos ou demônios? E o que seria de nós se de fato descobríssemos como nos tornarmos imortais? Caio em mim.

Você vai dizer ou não? Recolho-me à minha insignificância diante de meu pequeno inquisidor. Por azar ou por sorte, ele não tem os álibis da Filosofia. Por isso mesmo, as respostas não podem ser equívocas. Tampouco podem ser sistemas autoimunes. Elas têm que produzir algo de efetivo. Em outras palavras: um sim ou um não. Procuro uma saída emergencial. Não encontro. Olho ao redor. Vou à janela. Vejo a calma da rua e seus transeuntes. Os carros passam. Corpos trafegam sem porquê. Ouço o murmúrio de todos aqueles que também existem. Recordo-me de Fernando Pessoa. Um sopro leve vem de fora. Circula entre mim e ele. Sei que vivi isso em algum outro lugar, em outro tempo e sob outra forma. Mas os caminhos de retorno estão fechados. Pequenino, ele abraça minha perna.

Medito. Não tenho dúvida. Faria tudo para dilatar ao máximo essa jornada breve que nos prende à Terra e aos seres sencientes. Para expandir ao máximo essa fagulha de luz. Esses milésimos de segundos que são nossas vidas na escuridão do cosmos abissal. Porque nada mais existe para além disso.

RODRIGO PETRÔNIO é escritor e ensaísta. Professor da Casa do Saber, da FAAP e da Fundação Ema Klabin. É pesquisador associado ao Nemes (PUC-SP) com ênfase em Cinema e Filosofia. **Revista FILOSOFIA, Julho de 2013.**

Lucas Rocha